



CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1170, DE 2023 DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE JUNHO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às quinze horas e trinta e sete minutos do dia vinte e um de junho de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Parlamentares Marcelo Castro e Alice Portugal, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 1170, de 2023 com a presença dos Parlamentares Professora Dorinha Seabra, Izalci Lucas, Giordano, Carlos Viana, Zenaide Maia, Lucas Barreto, Angelo Coronel, Teresa Leitão, Josenildo, Reginete Bispo, Erika Kokay, Coronel Fernanda, Samuel Viana, Rogério Correia e Professora Luciene Cavalcante, e ainda dos Parlamentares Max Lemos, Paulo Paim, Dr. Victor Linhalis, Tarcísio Motta, Delegada Adriana Accorsi, Alexandre Lindenmeyer, Augusta Brito, Leonardo Monteiro, Eduardo Braga, Nelsinho Trad, Guilherme Boulos, Merlong Solano, Wellington Fagundes, Alfredinho, Dandara, Luiz Gastão, Fernando Farias, Mecias de Jesus e Pastor Henrique Vieira, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Fernando Dueire, Marcos do Val, Beto Faro, Chico Rodrigues, Eduardo Gomes, Carlos Portinho, Laércio Oliveira, Cleitinho, Elmar Nascimento, André Fufuca, Isnaldo Bulhões Jr., Hugo Motta, Fábio Macedo, Fernando Rodolfo e Carlos Veras. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Instalação e Eleição. Finalidade:** Instalação e eleição de Presidente e Vice-Presidente. **Resultado:** Realizada a 1ª Reunião da Comissão Mista. A Comissão é instalada, sendo eleitos o Senador Marcelo Castro para Presidente e o Deputado Josenildo para Vice-Presidente, e designada Relatora a Deputada Alice Portugal. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e quarenta e cinco minutos. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Deputado Josenildo

Vice-presidente da Comissão Mista da Medida Provisória nº 1170, de 2023

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/06/21>



CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

A SRA. PRESIDENTE (Alice Portugal. PCdoB - BA. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1.170, de 2023.

De acordo com a Resolução nº 1, de 2002, a Presidência desta Comissão ficará sob a responsabilidade do Senado Federal, e a relatoria sob a responsabilidade da Câmara dos Deputados.

Comunico que há acordo de Lideranças para a eleição da Mesa, tendo sido indicado para Presidente o Exmo. Sr. Senador Marcelo Castro.

Do Senador Marcelo Castro nós conduziremos a eleição, na medida em que ele precisará, inclusive, sair.

E, para Vice-Presidente... Não sou eu não?

Pois bem. É porque as coisas acontecem ao vivo!

E, para Vice-Presidente, o nosso querido Deputado Josenildo.

Portanto, logo na imediata saída do Senador Marcelo, trabalharemos por aqui com o nosso Vice-Presidente, Josenildo.

Consulto o Plenário se podemos fazer a eleição da Mesa por aclamação.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Declaro eleito Presidente da Comissão o Senador Marcelo Castro e, para Vice-Presidente, o Deputado Josenildo.

Passo a Presidência da Comissão ao Sr. Senador Marcelo Castro. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI. Para discursar.) – Eu quero cumprimentar a todos, as Sras. e os Srs. Senadores, as Sras. e os Srs. Deputados, e dizer que tenho muito prazer e até orgulho de estar presidindo esta Comissão, em que vamos tratar do aumento do servidor público federal, que é uma parte que me dá muito orgulho porque eu lutei muito por isso quando fui o Relator do Orçamento no ano passado.

A proposta que veio é de que o Judiciário teria um aumento de 9%, o Legislativo iria acompanhar e o que estava previsto para o aumento do servidor do Executivo era de apenas 4,5%. E, aí, desde o primeiro dia em que eu dei a primeira entrevista sobre isso, eu disse: "Eu tenho um grande problema pela frente para resolver". Porque eu não acho justo a gente dar um aumento desigual, sobretudo quando, sabemos nós, o Judiciário é o que tem os salários mais elevados, o Legislativo também, e esses é que teriam um aumento maior; e o Executivo, que tradicionalmente tem um salário mais baixo, teria um aumento menor. Na minha relatoria, eu trabalharei para que todos tenham pelo menos um aumento igual.

Graças a Deus, conseguimos isso daí, aprovamos a PEC da transição, fizemos a previsão orçamentária, o Presidente Lula já baixou essa medida provisória, que está em vigência, e o que nos resta agora é fazermos o relatório e aprová-la, para que ela não caduque e não perca a sua vigência.

Então, dizendo isso, vou designar como Relatora – e não poderíamos ter uma Relatora melhor – a nossa estimadíssima Deputada Alice Portugal, pessoa comprometida com as causas populares, do PCdoB histórico, do nosso querido Estado da Bahia. E não poderia estar essa medida provisória em melhores mãos.

Então, dizendo isso, proponho a aprovação da ata da presente reunião...

(Intervenção fora do microfone.)



CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) – Ah, pois não, Alice.

Vou passar a palavra para você. Desculpe-me.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Para expor.) – Obrigada, Senador Marcelo Castro. Boa tarde a todos e todas mais uma vez.

Como eu disse que as coisas acontecem ao vivo, essa resolução da assunção da relatoria se deu poucas horas atrás, e nós não trouxemos um plano de trabalho ainda, mas eu acredito que nessa medida provisória, uma audiência pública, no máximo duas audiências públicas talvez, com a ouvida dos segmentos que queiram manifestar-se e dos autores das emendas – nós temos 56 emendas e evidentemente já passaríamos a apreciá-las –, poderíamos rapidamente resolver, na medida em que é uma medida provisória positiva, esperada pelo serviço público, depois de tantos anos de aguardo por um reajuste.

Eu quero agradecer ao Líder do Governo da Câmara dos Deputados, Deputado Guimarães, à Liderança do Governo aqui também, no Senado da República, e dizer que há uma simbologia nessa indicação. Coordeno a Frente Parlamentar em Defesa do Serviço Público, ao lado do Senador Paulo Paim, Senadora Zenaide Maia. Evidentemente, a assunção de uma militante do serviço público a esta condição, além do risco, é uma honra.

Eu quero, portanto, agradecer e pedir a compreensão de apresentarmos o plano de maneira formal na próxima reunião que o Senador convocará.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) – Agradecendo aí as palavras da nobre Deputada Alice Portugal, pergunto se o nosso Vice-Presidente recém-eleito, Josenildo, gostaria de usar a palavra.

O SR. JOSENILDO (PDT - AP) – Sim, Presidente.

Só para dizer que, para mim, também é uma honra, como servidor público de carreira há 30 anos e agora na condição de Deputado Federal, poder participar desta Comissão. Como o senhor falou, vamos analisar uma medida provisória que fez justiça, que igualou o aumento dos servidores tanto do Judiciário quanto do Legislativo.

E é para isto que a gente está aqui: para trabalhar sempre com justiça e fazer justiça àqueles que merecem. Os servidores públicos, todos eles, sejam do Executivo, do Judiciário, do Legislativo, todos merecem que a gente faça este trabalho aqui e que se faça justiça, melhorando a remuneração deles cada vez mais, sempre que a gente puder.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) – Muito bem, Deputado.

Vamos dizer assim, que neste primeiro ano do Governo do Presidente Lula, este é o começo, o princípio da justiça que nós vamos fazer, porque o salário dos servidores está realmente muito defasado. Tem salário aí que está defasado em mais de 30%. E esse é um pequeno alívio que nós estamos dando momentaneamente. É o que a circunstância, o momento está permitindo, mas é evidente que a gente tem a visão de que a gente precisa recuperar o salário do servidor público.

Então, proponho a aprovação da ata da presente reunião.

As Sras. e os Srs. Parlamentares que estejam de acordo permaneçam como se acham.
(Pausa.)

Aprovada.

E nada mais havendo a tratar, agradecendo a todos, declaro encerrada a presente reunião.



CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

(Iniciada às 15 horas e 37 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 45 minutos.)